

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL EM VIOLÊNCIA
E SAÚDE**

RESUMO EXECUTIVO 2018

Simone Gonçalves de Assis

Coordenação Geral

Mayalu Matos Silva e Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Coordenação Executiva

Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz)

DEZEMBRO DE 2018

Lista de Siglas

ACS - Agentes Comunitários de Saúde
ACT - Associação para Controle do Tabaco
ALERJ - Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
ASFOC – Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz
CAD - Centro de Apoio ao Discente
CAP - Coordenadoria de Área Programática
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPs - Centro de Atenção Psicossocial
CCS – Cordenadoria de Comunicação Social da Fiocruz
CD – Conselho Deliberativo
CDD - Cidade de Deus
CEP - Comitês de Ética
CEPEVAM - Comissão de Prevenção e Enfrentamento da Violência e do Assédio Moral no Trabalho
Cesteh – Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador
CFVV - Clínica da Família Victor Valla
CLAVES – Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli
COC – Casa de Oswaldo Cruz
COGEPE – Coordenação de Gestão de Pessoas
CS - Centro de Saúde
CSEGSF – Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria
CST - Coordenação de Saúde do Trabalhador
CTACS - Curso Técnico de Agentes Comunitários de Saúde
DH - Direitos Humanos
DIREB – Diretoria
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública
EPSJV – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
GT – Grupo de Trabalho

IFF – Instituto Fernandes Figueira
INI – Instituto Nacional de Infectologia
IOC – Instituto Oswaldo Cruz
MS - Ministério da Saúde
MSF - Médicos sem Fronteira
NAP - Núcleo de Apoio ao Profissional
NCMM - Núcleo de Cooperação Maré-Manguinhos
NUST - Núcleos de Saúde do Trabalhador
PI – Programa Institucional
PIC - Práticas Integrativas em Saúde
PROVOC - Programa de Vocação Científica
SGT - Serviço de Gestão do Trabalho
SRHs – Setor de Recursos Humanos
SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde
TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sumário

- 1 Introdução
- 2 Unidades participantes
- 3 Plano de trabalho 2018
- 4 Atividades
 - 4a Oficinas
 - 4b Divulgação
 - 4c Cooperação com o Grupo Relações de Trabalho e Violência
 - 4d Fórum Territorial
 - 4e Projeto Memória
- 5 Perspectivas para 2019 e considerações finais

Introdução

O Programa Institucional de Articulação Intersetorial Violência e Saúde (PI) foi constituído por meio da Portaria 260/2017 da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz em fevereiro de 2017, coordenado pelo Departamento de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES). O Programa vem atuando através de um Grupo de Trabalho (GT) que reúne participantes de diversas unidades da Fundação e que, anualmente, debate e aprova um Plano de Trabalho.

Desde sua constituição, tem sido feito o esforço de congregar membros provenientes do maior número possível de unidades, visando implementá-lo, de fato, nas diversas esferas institucionais. Em 2018 foram, novamente, feitos convites através de e-mail institucional, a todas as direções de unidades, em todos os campi, convidando à participação.

Em dezembro de 2017 os membros do GT participantes do PI levaram ao VIII Congresso Interno a discussão sobre violência, a partir do trabalho do ano. Tal mobilização levou a aprovação de 5 diretrizes de trabalho (Tese 11, diretrizes 13, 14, 15, 17 e 18). Além das diretrizes propostas pelo Programa, foram encontradas mais 06 no documento final que dizem respeito à questão da violência e saúde: Tese 9, diretriz 12; Tese 11, diretrizes 1, 5, 10, 11 e 19.

Unidades participantes

ENSP

EPSJV

Cooperação Social

IOC

Biomanguinhos

PI Álcool e outras drogas

Farmanguinhos

COGEPE

IFF

ILMD

Ouvidoria

CPQAM

COC

INI

DIREB

CPQRR

CCS

ASFOC

ICICT

CSS

Plano de Trabalho 2018

Em 2018 foi proposta a realização de oficinas temáticas bimensais visando a formação dos membros do GT, reservando, em cada encontro, espaço para articulação entre os participantes, através do relato das experiências realizadas em cada unidade, debate e encaminhamento de questões internas. As oficinas contaram com a participação de convidados externos para apresentação da temática específica.

1. Abril

Retomada do trabalho do GT, apresentação e discussão do Plano de Ação para 2018.

2. Julho

Interseccionalidades nas relações entre violência e saúde.

3. Agosto

Impactos da violência sobre a saúde mental de usuários e trabalhadores dos territórios da Fiocruz.

4. Outubro

Realização de um seminário interno final congregando as experiências das unidades e avaliação do trabalho do GT em 2018.

Além das oficinas, foram propostas ações voltadas à divulgação interna do PI, sobretudo junto à Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), visando divulgar o trabalho de 2017 através do Resumo Executivo, aplicando linguagem jornalística que o tornasse mais acessível à comunidade da Fundação. Foi proposta a realização de contato com a revista Radis e o Canal Saúde.

O Plano de Trabalho reforçava, ainda, a proposta de que cada membro do GT pautasse o PI no Conselho Deliberativo (CD) de suas unidades, o divulgando e mobilizando os gestores à participação. Essa proposta visava reforçar a sensibilização dos trabalhadores para a valorização do tema e o desenvolvimento de ações. O PI apoiaria os membros nas demandas particulares de seus espaços de trabalho.

Ações para 2018

- Aumentar o diálogo entre as unidades, criando espaços para o debate e acolhimento da questão da violência e saúde;
- Estimular que os participantes de fora venham ao Rio participar das reuniões para apresentar ações realizadas nas unidades;
- Estimular que os membros sejam referência do assunto em suas unidades e desenvolvam atividades com o apoio do PI. Para tanto foram propostas duas estratégias principais:
 - o Aprimorar a síntese de ações de cada unidade/departamento (Resumo Executivo 2017);
 - o Desenvolver atividades seguindo as “ações necessárias” definidas por eixos trabalhados em 2017.

Ações necessárias por eixos

Eixo 1. Prevenção e promoção de relações protetoras no território, nas famílias e nas instituições.

- Propor ações internas e externas acerca do tema Violência e Saúde, a partir dos membros do GT, que devem ser referências em suas unidades para o tema. As ações podem envolver debates, formações e sensibilizações, promovendo reflexões sobre fatores estruturantes e potencializadores da violência como o racismo, a desigualdade de gênero e de classe, as políticas de segurança, entre outros. Identificar quais unidades têm essa expertise e podem colaborar na prevenção da violência e na promoção de relações protetoras. As ações realizadas internamente devem colaborar para a divulgação do PI e para o estímulo à incorporação de novas unidades no GT. PI – realização da oficina com o tema Interseccionalidades; IFF - desde 2017 tem desenvolvido, de 2 em 2 meses, a Agenda Laranja, de violência contra a mulher, trabalhando diversos temas relacionados a essa agenda. Divulgar para o PI.

- Garantir a oferta de cursos relacionados ao tema, incluindo a capacitação profissional em relação à prevenção, acolhimento e assistência a casos de violência para setores chave para a formação de redes intersetoriais de prevenção à violência. IFF – realização do 17º curso de violência contra criança e adolescente em 2018.
- Realizar sensibilização permanente nas portarias sobre cidadania, diversidade, respeito, racismo, lgbtfobia, preconceitos de classe, etc. O RH de Biomanguinhos vem dando apoio ao processo de transgenerização de um funcionário, trabalhando o ambiente de trabalho para acolhimento.
- Aprimorar as estratégias institucionais, em especial a sensibilização de gestores, para proteção, acolhimento e enfrentamento de casos de assédio profissional relacionados a todos os trabalhadores, incluindo terceirizados, bolsistas, etc. Recentemente foi criada uma comissão de enfrentamento da violência e do assédio no Instituto Oswaldo Cruz (IOC), com representação de funcionários e estudantes; estão buscando a representação dos terceirizados. O IOC vem tentando criar portas de entrada e um núcleo de escuta e acolhimento para atendimento de casos para que as pessoas possam se colocar em relação ao assédio e demais conflitos.
- Ampliar o controle sobre as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Fundação, melhorando os instrumentos de gestão, no sentido de garantir um vínculo de trabalho saudável e que evite situações de trabalho pautadas em violências. Criar uma espécie de “selo de qualidade” para as empresas contratadas. Por este motivo, a relevância de que haja, em cada unidade, uma representação dos trabalhadores terceirizados. A Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (COGEPE) já realizou encontro com os fiscais de contrato e pretende dar continuidade ao diálogo. Foi mapeado que existe representação dos trabalhadores terceirizados no CD em Farmanguinhos; um grupo de terceirizados organizado na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP); e dos trabalhadores, em geral e aberto à participação dos terceirizados, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). No Instituto René Rachou (IRR) a terceirização é voltada para o segmento

da limpeza e serviços gerais, o que já traz em si diversas interseccionalidades de gênero e raça e coloca questões importantes para se pensar e lidar com a violência em relação a esse grupo. É preciso fomentar relações saudáveis de trabalho das empresas com seus empregados.

- Emitir um posicionamento sobre precarização da mão de obra, redução de quadros, aumento da jornada, entre outras questões atuais relativas à perda de direitos trabalhistas. A precarização do trabalho e da mão de obra no serviço público deve ser discutida em relação às leis de trabalho. É necessário melhorar os contratos e refletir sobre os serviços que podem ou não serem terceirizados.
- Criar espaços intersetoriais e coletivos para discussão e articulação e uma agenda de debates para aprofundamento de questões relacionadas à violência nas relações de trabalho;
- Pautar a questão das violências nas relações de trabalho, e do assédio moral especificamente, nas pós-graduações, envolvendo diretores das unidades e demais líderes. Na Cogepe existe uma representante da Associação de Pós Graduação e a coordenadora do CAD (Centro de Apoio ao Discente/Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação - VPEIC) participam da Comissão de Prevenção e Enfrentamento da Violência e do Assédio Moral no Trabalho (CEPEVAM), trabalhando os casos de violência e assédio. O IRR destaca o desafio de envolver a coordenação dos Programas de Pós Graduação na discussão de questões sobre violência. Vêm sendo publicados vários trabalhos a respeito das relações precárias entre docentes e discentes. É preciso envolver a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na discussão pois, em grande medida, a forma como é feita a avaliação é também indutora de relações violentas, por suas demandas e exigências.
- Criar espaços de escuta às demandas das chefias, tendo em vista que ela pode atenuar as violências e criar uma política institucional de formação de chefias incluindo temas como relacionamento interpessoal e mediação de conflitos.

- Construir estratégias institucionais coletivas que rompam com a perspectiva de individualização dos casos de assédio no trabalho e possibilitem que os trabalhadores possam sentir-se seguros para comunicar os casos de assédio.
- Instituir mecanismos mais céleres de avaliação, processo, responsabilização e punição.
- Necessidade de ampliar o debate sobre Saúde mental e trabalho na instituição, incluindo o tema na agenda da Fiocruz, incluindo a continuidade aos Diálogos em Saúde Mental e Trabalho, mantendo a proximidade e disponibilidade para este tipo de troca com os trabalhadores dos Serviço de Gestão do Trabalho (SGT) e Núcleos de Saúde do Trabalhador (NUST) e maior integração com diferentes setores da Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST). O IOC vem trabalhando com as Práticas Integrativas em Saúde (PIC), pensando a questão dos ambientes saudáveis.
- Ampliar os mecanismos de assistência aos trabalhadores e estudantes em situações de violência nas relações de trabalho, integrando os NUST, o Claves e o CAD, além de outras instâncias afins. O IOC vem trabalhando com as PIC voltado à questão dos ambientes saudáveis.

Eixo 2 - Atendimento as vítimas, digno, efetivo, humanizado e capilarizado .

- As unidades que têm serviços de atendimento ao público devem aprimorar a sensibilização, formação, informação a ação sobre questões relacionadas à violência e colaborar para o fortalecimento da rede de prevenção às violências. Nesse sentido, cada membro do GT deve ser uma referência em sua unidade para assuntos relacionados à violência e saúde, tendo como norte o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Apoio ao Profissional (NAP/IFF).
- O Claves desenvolveu em 2018 o Projeto Violência e Saúde no Teias-Escola Manguinhos, uma pesquisa-ação que buscou a articulação da rede de proteção social às violências no território com a participação de representantes do Centro de Saúde (CS) no PI.

- Propiciar serviços de atenção ao sofrimento psíquico e ao estresse pós-traumático para pessoas vítimas de violências, incluindo o cuidado com o cuidador e o acolhimento para atuação em relação aos casos de violência; e, melhorar a prevenção e a assistência aos casos de violências nas relações de trabalho para todos os trabalhadores da Fiocruz, independente de seu vínculo. O Claves vem realizando, em 2018, uma pesquisa-ação voltada ao atendimento de pessoas com transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) relacionados à violência no CS e há planejamento na Clínica da Família Victor Valla (CFVV), IFF e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), dependendo dos Comitês de Ética (CEP) desses locais. Há sugestão para realização no NUST. Destaca-se, no IOC, as PIC, que trabalham a partir da ideia sistêmica de pensar a saúde, com solidariedade e colaboração. Está sendo construída a Rede Fio PICs, entre IOC, IFF e Farmanguinhos. É destacada pela Cooperação Social a relação dos impactos da violência na saúde nos alunos da parte da noite da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Politécnico e a falta de apoio do NUST. Como a Fiocruz pode se estruturar para isso?

Eixo 3 - Qualificação da informação

- Desenvolver o contra fluxo de questões acolhidas pela Ouvidoria para os profissionais e usuários. Em geral as respostas são encaminhadas apenas para a direção das unidades. Dessa forma, muitas vezes, a informação sobre a resolução dos casos não chega até os profissionais e usuários envolvidos. A produção da informação é um primeiro passo para visibilizar as relações de violência, sendo importante para o enfrentamento.
- Formação, a partir da Fiocruz, de uma rede interinstitucional e intersetorial de pesquisadores que possam se mobilizar para a realização de uma campanha de sensibilização nacional que debata a temática da criminalização das drogas, política de guerra às drogas e seus impactos na saúde. Foi desenvolvida preliminarmente em 2018 uma Rede de Instituições Federais e vem sendo desenvolvido o Fórum Territorial Política de Drogas, Violência e Saúde.

- Pautar o tema em veículos institucionais como CCS, Canal Saúde, Radis e no Boletim Parlamentar da Fiocruz “Fiocruz em Pauta”.
- Aprimorar a comunicação e o planejamento sobre violência, segurança e vulnerabilidade em diálogo com a população e com as instituições locais para todos os trabalhadores da Fiocruz, incluindo todos os vínculos de trabalho. Devem ser consideradas as percepções e respostas sociais dos grupos vulnerabilizados a respeito da violência, considerando que seu ponto de vista é fundamental para se elaborar ações internas e externas. O Núcleo de Gestão Social de Farmanguinhos trabalha em parceria com organizações comunitárias da Cidade de Deus escutando as suas demandas procurando apoiar e executar ações em consonância com as demandas comunitárias.
- É necessário esclarecer e treinar os serviços da Fiocruz acerca do fluxo e da importância dos dados da notificação compulsória de violências para a vigilância epidemiológica e também aprimorar os registros sobre os casos de violência. Existe falta de informação e confusão com o aspecto de denúncia das situações, o que a desestimula. É importante esclarecer do que se trata a notificação, seu fluxo e objetivo. Os profissionais têm medo de represálias e há descrédito em relação à atuação da rede de proteção às pessoas que sofrem violências. É preciso informar que as notificações podem ser referenciadas à Coordenadoria de Área Programática (CAP), sem necessidade de constar o serviço que identificou a suspeita ou a violência confirmada. É fundamental refletir sobre a questão da notificação compulsória em todas as unidades que lidam com o atendimento; há um papel estratégico enquanto Fiocruz, principalmente diante da fragilização da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Como trabalhar em articulação com o município, estado, Ministério da Saúde (MS) e unidades?
- É preciso padronizar, organizar e oficializar os registros de assédio moral e sexual da Fiocruz que, por terem diversas “portas de entrada”, ainda não estão sistematizados.

Eixo 4 - Fortalecimento dos Sistemas de Garantia de Direitos

- A atuação no fortalecimento dos sistemas de garantia de direitos é uma contribuição fundamental da Fiocruz. As redes da academia com os movimentos sociais podem ser potencializadas e a Fundação pode contribuir como polo propagador de reflexões e na orientação de direitos, até mesmo jurídica. Todas as unidades podem trabalhar o fortalecimento do sistema de Direitos, fazendo parcerias nos territórios para essa ação. Rede de Instituições Federais e Fórum Territorial Política de Drogas, Violência e Saúde. A Cooperação Social participa de um grupo de trabalho que criou um fórum de Direitos Humanos e segurança em favelas. O Núcleo de Gestão Social de Farmanguinhos apoiou o Fórum Comunitário Cidade de Deus (CDD) em dezembro de 2017, organizado por GT, ficando o de Saúde a cargo do Núcleo. Foi deliberada a criação de um grupo gestor com o objetivo de discutir as demandas de saúde da população da CDD visando a efetivação de ações que garantam a cobertura de 100% em atenção básica. Esse grupo gestor será composto por membros da comunidade, do Conselho Distrital de Saúde, da Atenção básica da Área Programática 4, da coordenação do Programa Saúde da Família, da Unidade de Pronto Atendimento e do Posto Municipal de Saúde Hamilton Land. O núcleo exercerá a função de mobilizador do grupo. O Núcleo desenvolve o Projeto “Se essa Rua fosse minha”, cujo objetivo é revitalizar a área do entorno de Farmanguinhos degradada pelo despejo irregular de lixo e entulho usando a arte urbana (grafite) e o artesanato com pneus como ferramentas de transformação do ambiente, pois com a falência da UPP a degradação do entorno acentuou-se. Farmanguinhos participou também, juntamente com a Agência de Desenvolvimento da Cidade de Deus e do SESC Nacional, da discussão do projeto de implantação de uma escola de ensino médio técnico da FAETEC para atender a Cidade de Deus.
- Desenvolver programas de acolhimento/suporte jurídico a movimentos sociais ou cidadãos em situação de violação de direitos que configurem situação de violência. A Cooperação Social atua em parceria com o Tribunal de Justiça.
- Desenvolver formação para públicos vulneráveis acerca do tema, no sentido de ampliar o entendimento sobre a garantia de seus direitos e o enfrentamento da

violência estrutural que acomete populações vulnerabilizadas. A Cooperação Social e a Escola Politécnica vêm organizando três cursos voltados para moradores de periferia, que acontecerão à noite. Fundamental debater como a questão da legalização das drogas poderia contribuir com a prevenção da violência em relação aos jovens. No entanto, há a preocupação de moradores de agravamento da violência com uma potencial legalização. O Núcleo de Gestão Social de Farmanguinhos realizou em 13 de setembro de 2017 a Roda de Conversa “Olhares sobre a Cidade de Deus no contexto de crescimento da violência” com objetivo de estimular o debate sobre a violência na CDD e fortalecer as redes de defesa dos direitos da sociedade, com as perspectivas de enfrentamento dos seus impactos e as possíveis estratégias para enfrentá-la.

- Buscar ampliar a capacidade de atuação da Fiocruz junto a órgãos de garantia de direitos, no âmbito do *advocacy*. É destacada a necessidade de aproximação com o Ministério Público para a construção de uma agenda de enfrentamento de Violência. A Cooperação Social integra o Movimento Popular de Favelas e está em parceria com a CDH da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e da Defensoria, atuando em relação a questão da violência armada em territórios vulneráveis.
- Uma questão fundamental para a Fiocruz, como instituição de saúde, é se posicionar contra a atual política de segurança pública e à violência nas comunidades, mostrando como a saúde está sendo impactada negativamente por ela. É preciso se aproximar de outras instituições que já vêm atuando nesse sentido, para compor a rede e os fóruns existentes. Rede de Instituições Federais e Fórum Territorial Política de Drogas, Violência e Saúde.
- A Fiocruz deve assumir um papel de mediação e articulação, atuando a partir de políticas, programas, espaços, equipamentos, grupos e movimentos sociais já existentes, potencializando redes de prevenção as violências e promoção da saúde, nos territórios vulneráveis localizados no entorno da Fiocruz e também em âmbito municipal, estadual e federal. No campus Mangueiras destaca-se a necessidade de ações efetivas de cooperação junto as escolas locais, que vêm

sendo sucateadas, assim como em relação a outros equipamentos do território, para que, inclusive, possam se manter. A EPSJV constituiu um Núcleo de Cooperação Maré-Manguinhos (NCMM) junto à direção, no segundo semestre de 2017, voltado à discussão e à ação. Para tanto, organizou reuniões com membros da EPSJV que, em seus setores, já desenvolvem ações contínuas de cooperação com os territórios de Maré e Manguinhos, o Programa de Vocação Científica (PROVOC), a EJA de Manguinhos que funciona à noite, bem como apoiou a construção do Ato Contra a Violência em Manguinhos (25/04/2017) e a luta pela reabertura da Biblioteca Parque de Manguinhos. O NCMM vem se aproximando dos colégios estaduais Prof^o Clóvis Monteiro e Compositor Luiz Carlos da Vila, grupos e organizações locais para pensar ações em conjunto. Pretende-se ainda, ampliar no interior da EPSJV o número de profissionais envolvidos, tendo em vista sua relação institucional com os territórios, tais como o Curso Técnico de Agentes Comunitários de Saúde (CTACS). O Claves desenvolveu em 2018 o projeto Violência e Saúde no Teias; o Núcleo de Gestão Social de Farmanguinhos tem trabalhado com a questão da garantia de direitos e a articulação com instituições do entorno.

Eixo 5 - Apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas

- Ampliar e produzir conhecimento científico sobre o tema violência, território e cidadania e sobre os efeitos da violência na saúde. O Claves e pesquisadores associados trabalham especificamente com os impactos da violência na saúde e alguns trabalhos relacionados a territórios e cidadania. A Cooperação Social também tem pesquisado sobre os efeitos da violência armada na saúde da população do entorno da Fiocruz. O Núcleo de Gestão Social de Farmanguinhos articula com pesquisadores que trabalham com o tema da violência. O IRR tem interesse em iniciar e fortalecer o campo de pesquisa de violência e saúde e iniciou uma aproximação em 2018 com a Escola de Saúde Pública para pensar conjuntamente a questão da violência institucional.
- Realizar pesquisas que tenham um componente de intervenção nos territórios de vulnerabilidade com os quais a Fiocruz se relaciona. Claves – Violência e Saúde no

Teias e Pesquisa de TEPT. O Núcleo de Gestão Social de Farmanguinhos não realiza pesquisas, mas levantamentos de dados para balizar sua atuação, além de fornecer dados para pesquisas que tenham como foco a CDD. Em 2017, para subsidiar a Roda de Conversa “Olhares sobre a Cidade de Deus”, foi feito um levantamento de vários indicadores sociais locais, inclusive os de violência, e divulgado sob o título “Diagnóstico Cidade de Deus”.

- Propor parcerias entre Claves, CST e Cesteh, visando estabelecer e aprimorar mecanismos de pesquisa e intervenção em relação à violência nas relações de trabalho na Fiocruz, que colaborem com a melhoria no registro de dados de violência nas relações de trabalho.

4. Atividades

4.1. Oficinas

As oficinas foram planejadas de acordo com os principais temas levantados como prioridade pelo grupo em 2017. Todas seguiram a mesma lógica organizativa: manhã – debate temático com um ou mais convidados externos visando a formação dos membros do GT; tarde – trabalho interno: informes, encaminhamentos, decisões, entre outros.

4.1.1. Oficina Planejamento

Data: 04/04/2018

Local: Sala 1007 Prédio Expansão Fiocruz Rio de Janeiro

Esta oficina se voltou a pensar o ano de 2018, as prioridades para o PI e as demandas dos membros do GT, retomando o trabalho do grupo e planejando as ações a serem feitas durante o ano, a partir das diretrizes e eixos de ação construídos em 2017. O Plano de Trabalho foi apresentado, debatido e aprovado pelo GT.

A coordenação e demais membros apresentaram informes tais como o andamento do projeto de pesquisa Memória da violência e saúde no Brasil, cujo documentário está sendo realizado; a aprovação de mesa no Congresso da Abrasco sobre este projeto;; o desenvolvimento do Fórum Territorial Drogas, Violência e Saúde, que é uma articulação de instituições e movimentos sociais da Maré, Mangueiras e Alemão, para discutir e visibilizar essa temática a proposta da Rede de Instituições Federais; a aprovação das diretrizes encaminhadas pelo PI no Congresso Interno de 2017; e a apresentação de novos membros do GT.

A Rede de Instituições Federais foi uma iniciativa do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, em parceria com a presidente da Fundação, Nísia Trindade. A proposta era realizar um acompanhamento, encaminhamento e avaliação dos Direitos Humanos (DH) na Intervenção Federal Militar na segurança do Estado do Rio de Janeiro e a proposição de políticas democráticas de segurança. Tinha ainda a pretensão de ser um espaço de supervisão democrática dos DH, com participação de instituições universitárias, federais e institutos de pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, numa proposta de funcionamento em rede, a partir de uma secretaria geral de caráter executivo responsável por organizar as atividades. O PI participou de duas reuniões representando a Fiocruz, junto do PI Álcool e Outras Drogas e da Cooperação Social, e chegou a compor a Secretaria Executiva formada pela UFRJ, porém o processo de trabalho não foi a frente.

A respeito da Rede, o grupo destacou a importância de refletir sobre a atual política de segurança que vem sendo desenvolvida no país e, especialmente, na cidade do Rio, uma vez que ela está há anos gerando violência e violações de direitos. A intervenção militar é uma parte, importante, desse contexto que é, no entanto, bem amplo e que já vem sendo alvo de atenção da Fiocruz. Nesse sentido, o GT sinalizou a relevância da ampliação do foco de trabalho da Rede, apesar de entender que a intervenção é delicada e suscita muita atenção. Os participantes destacaram ainda, no que tange ao território de Mangueiras, as muitas dificuldades, sobretudo após a falência da UPP da Cidade de Deus, a exemplo da Comlurb que não entra por conta do crime organizado.

Outro informe disse respeito ao seminário realizado em João Pessoa, entre 20 e 22 de março, preparatório para o Abrascão “O SUS diante das violências: vivências, resistências e propostas”. Sueli Deslandes, membro do GT, fez a conferência de abertura. O seminário trabalhou com rodas de conversa: gênero, territórios, profissional de saúde, assistência à saúde, sistema prisional, assistência a população indígena e violência e formação em saúde. Com o resultado do encontro foi redigida a Carta de João Pessoa, alicerce para o tema no Abrascão¹.

Simone Assis participou do CD Fiocruz em maio representando o PI, onde foi encaminhada a demanda de apresentar a proposta para 2018. Foi colocado na reunião como a violência do conflito armado vem se sobrepondo a muitas questões das direções e da presidência da Fiocruz.

4.1.2. Oficina Interseccionalidades

Data: 13/06/2018

Local: Sala 1007 Prédio Expansão Fiocruz Rio de Janeiro

Esta oficina foi pensada a partir do trabalho desenvolvido em 2017, quando ficou clara a necessidade de refletirmos mais detidamente sobre a intersecção de marcadores sociais – tais como gênero, raça e classe, entre outros – na determinação do processo saúde doença, incluída a violência.

Para a manhã tínhamos planejado o debate com a professora Joice Berth, arquiteta e urbanista e pesquisadora sobre questões raciais e gênero. No entanto a mesma teve problemas pessoais e não pode comparecer. Em seu lugar, exibimos um vídeo sobre o tema com a criadora do conceito, Kinberlé Crenshaw².

1 Disponível em <https://www.abrasco.org.br/site/eventos/congresso-brasileiro-de-saude-coletiva/carta-de-joao-pessoa-populacao-brasileira/33868/>. Acesso em 16/12/2018.

2 https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br

Uma questão fundamental colocada pelo conceito de interseccionalidade é a importância de considerar que existem fatores que definem fortemente a realidade e, nesse sentido, a sociedade de classes e a desigualdade social são centrais. É importante pensar que pautas políticas específicas são necessárias para o alcance e desenvolvimento de políticas universais. As questões referentes à Determinação Social da Saúde e à subjetividade devem ser consideradas nas análises sobre o tema.

O racismo, no Brasil, é estrutural e se expressa tanto nas violências provenientes de desigualdades e injustiças sociais, como através dos conflitos armados que observamos nas comunidades do Rio de Janeiro por exemplo. A forma como a política de segurança pública vem sendo desenvolvida, baseada na repressão ao varejo de drogas consideradas ilícitas, tem violado o direito à vida de comunidades inteiras.

As questões que se colocam dizem respeito a como dar voz às populações invisibilizadas e como fazer uma articulação entre academia e movimentos sociais. Como a academia pode incluir novos tipos de conhecimento, para além dos tradicionais, como os provenientes dos movimentos sociais? Para tanto, há a necessidade de construção de novas epistemologias e instrumentos teóricos e metodológicos. O movimento pós colonial tem trazido à baila tais questões, aliadas à discussão do enfrentamento da hierarquização e da imposição de normas e conceitos, pensando e abrindo espaço à diversidade. Importante refletir sobre a reprodução de uma violência simbólica e institucional ao passo que a academia impõe um conhecimento de mundo a partir de suas categorias. Para a saúde pública se coloca a necessidade de construir junto com a população. Um dos desafios é vencer a hierarquia dos saberes e entre pesquisador e estudante e outros grupos de servidores/trabalhadores. É preciso transformar os espaços de formação para que todos possam ocupá-los e produzir conhecimento.

Qual seria o papel da Fiocruz frente às violações de direitos em seus territórios e nos vizinhos? Os homicídios cometidos pelo tráfico não são falados, são invisíveis, assim como as pessoas não fazem a notificação de violência porque têm medo nesse território de exceção, embora esse medo seja infundado pois a notificação de violência é uma vigilância epidemiológica e não um processo de denúncia judicial. A luta para a

visibilidade da violência através da notificação compulsória vem desde a década de 90. Hoje o SINAN está sendo desfinanciado. Os agravos provenientes do conflito armado, que estão para além dos homicídios, muitas vezes não são registrados em nenhum local.

As PICs são um caminho interessante. A terapia comunitária, como terapia coletiva, é indicada para pessoas que sofreram e sofrem com a violência do conflito armado, principalmente se nessas rodas os facilitadores puderem pensar a partir das interseccionalidades e múltiplas determinações da saúde. Foi encaminhada a proposta de fazer um boletim de cada unidade para divulgar as ações de enfrentamento da violência que acontecem em cada local.

Informes das Unidades

René Rachou: destacou sua atuação sobre as relações de trabalho. Vem sendo desenvolvido o projeto cuidar, cujo direcionamento é dar atenção ao servidor, maior integração, respeito e acolhimento. Há uma profissional de saúde mental para atender aos trabalhadores e uma visão específica voltada aos terceirizados. As seguintes propostas haviam sido encaminhadas à direção: inclusão do tema da violência em estudos e pesquisas e no currículo da pós graduação. É destacada a associação de alunos de pós graduação.

IOC: criou a Comissão da valorização das relações interpessoais e casos de assédio, cuja proposta é debater saúde mental, relações, conflitos, redes de solidariedade e assédio; e desenvolvem trabalho com as PIC. Tem recebido profissionais de todas as unidades que chegam muito desgastados. Está planejando um seminário sobre Meditação e Consciência com convite à vários atores da Fiocruz. Em relação ao trabalho com territórios, estão participando do curso saúde comunitária do IOC.

IFF: discute violência há 20 anos. Havia finalizado mais um curso de formação em violência contra criança e adolescente. O NAP apoia o profissional para atuar nos casos de violência e funciona como centro catalizador para os encaminhamentos. Também estão realizando a Agenda Laranja de enfrentamento à violência contra a mulher.

COC: tem foco em mapear as ações de violência da unidade em ensino, pesquisa e advocacy. Tem feito exposição itinerante nas escolas, curso de formação de monitores, participam do Comitê de Gênero e Raça e fazem formação e grupos de estudo com professores dos territórios vizinhos à Fiocruz.

Ensp: dois projetos do Claves desenvolvidos no CS, o TEPT (também no IFF e no CS Heitor Beltrão) e o Violência e Saúde. O TEPT trabalha a formação em cuidado de pessoas com estresse pós traumático; o Violência e Saúde a articulação da Rede de Proteção às Violências de Manguinhos. Este produziu material com informações sobre a rede e um Seminário para os trabalhadores do Teias em outubro. No CS existe serviço de saúde mental com 4 psicólogos que fazem atendimento e matriciamento para as equipes de saúde da família nos casos de violência. Existe um esgarçamento do tecido social, individualização das questões sociais e agudização dos sintomas nos últimos dois anos. Suicídio, ansiedade, síndrome do pânico e insônia são muito presentes. A violência de Estado também afeta os serviços. Houve, em junho de 2018, uma invasão policial na VV e na UPA. Existe uma nova comunidade no território criada pelos traficantes no intuito de fazer uma barreira para a polícia não entrar. Os ACS foram fazer o mapeamento da área e foram abordados pelo tráfico.

Escola Politécnica: está planejando a criação de uma associação para representar os terceirizados, que teria atuação junto ao sindicato. No CS também chegam muitos alunos da escola Politécnica, sendo que os profissionais, em 2017, foram chamados para dar um apoio em relação a tentativas de suicídio. Há também muitos casos de depressão. Muitos alunos, de todos os níveis de ensino, quando entram em contato com os problemas da população não dão conta.

Asfoc: realizou audiência pública com foco nas relações entre saúde pública e violência, na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Criaram o Núcleo de Cooperação Maré Manguinhos, para pensar mais detidamente e atuar com as escolas e pensar uma estratégia de educação e iniciação científica estimulando alunos e moradores a produzir conhecimento sobre o território.

COGEPE: inseriu o tema da saúde mental e trabalho/violência e trabalho na Escola Corporativa da Fiocruz. Entendem que as questões de assédio são muito impactadas por uma inação dos gestores, o que justifica sua estratégia. Retomou o projeto Diálogos de Saúde Mental com os SRHs, importante porta de entrada para questões de saúde mental. Destaca a necessidade de fortalecer o CAD, que tinha apenas uma profissional, psicóloga. Existe uma parceria da organização Médicos sem Fronteiras (MSF) com o NUST para capacitação de profissionais para atendimento às vítimas de violência, como conflito armado. Pretende-se expandir essa formação para o CS e para o Politécnico. A coordenação do PI está colaborando com uma proposta de padronização do instrumento para registro de assédio. Está sendo montada uma corregedoria na Fiocruz que vai atuar nas sindicâncias e processos.

Farmanguinhos: a questão do assédio é invisibilizada, não há ainda uma política voltada para tal questão. A unidade está na linha de tiro pois o tráfico está alocado ao lado da porta de entrada e saída, os trabalhadores não têm podido andar na área externa da unidade. O Núcleo que atua junto à comunidade não tem mais orçamento, porém há continuidade nas parcerias com as entidades da CDD captando as demandas. Têm desenvolvido o projeto Se Essa Rua Fosse Minha, voltado ao problema de entulho e lixo, visando revitalizar a área através de trabalhos de arte. Realizaram uma ação com a Columrb quando tiraram mais de 20 caminhões de lixo e essa parceria continua, incluindo ações com grafite, móveis de pneus e brinquedos fabricados pelos trabalhadores da Columrb. Far participou de uma discussão sobre implantação de uma FAETEC na CDD, que não tem ensino médio.

Cooperação Social: realizou pesquisa sobre os impactos da violência armada na saúde de moradores e trabalhadores e os resultados mostraram agravos na saúde mental. Realizaram atividade para discutir as consequências do conflito armado na escola Clovis Monteiro, mas o foco do evento acabou girando em torno da temática do assédio e outros tipos de violência.

MSF: está conduzindo uma discussão transversal para trabalhar a violência dentro da organização, pautando a questão em seus CEP. Pretendem criar um centro de

atendimento para os casos de abuso que surgem nos trabalhos. A área de *advocacy* tem tentado se aproximar dos centros de estudo e pesquisa do país, pois se tem observado que os temas importantes para o MSF não são muito pautados pelas pesquisas no país.

Tarde

A tarde o GT comunicou informes: convênio da Fiocruz com o MSF na área de violência; andamento do projeto Memória; encontro “Intervenção para quem?” realizado na Ensp para debater questões relacionadas à intervenção militar; reunião com a Comunicação Social da Presidência para divulgação do PI e; reunião com o Grupo Relações de Trabalho para ação conjunta de criar uma ficha única para registro de casos de assédio na Fiocruz.

4.1.3. Oficina Saúde Mental

Data: 16/08/2018

Local: Sala 1007 Prédio Expansão Fiocruz Rio de Janeiro

O tema da oficina foi pensado em função da necessidade de aprofundamento acerca dos impactos das violências na saúde mental. Para tanto, foram convidados para a parte da manhã Tânia Kolker, do Grupo Tortura Nunca Mais e Ana Paula Guljor, do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Houve, ainda, a participação do CSEGSF, do Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) Magal, da COGEPE, do IOC, do CAD e do MSF, como debatedores.

Ana Paula Guljor fez uma fala em torno do conceito de saúde mental, fazendo um apanhado histórico e destacando não haver uma definição única, sendo preciso desconstruir a ideia de saúde enquanto ausência de doença. Saúde mental implica em sentimento de bem-estar, adaptabilidade, resiliência, capacidade de superar maus momentos, produção de subjetividade, perspectivas de futuro e trocas sociais. Esse aspecto interrelacional é um condicionante fundamental.

É importante problematizar em que medida nossa cultura coloca como transtorno questões que são sofrimentos humanos. Situações limites, de desgaste, de crise, sempre estão presentes na vida, mas nem sempre são transtornos psiquiátricos. A década de 90 é um marco na lógica da medicalização, a “década do cérebro” para a produção científica psiquiátrica. Vivenciamos um aumento das classificações psiquiátricas, cada vez mais capilarizadas das situações do dia a dia, tendo esses também indicação medicamentosa.

As questões que permeiam a violência e a saúde mental extrapolam as intervenções da saúde propriamente dita e envolvem a intersectorialidade e a promoção da saúde e de direitos. A complexidade da questão implica na busca por respostas complexas que permeiem as diversas dimensões envolvidas. Os profissionais de saúde mental são responsáveis por transformações do campo social, sujeitos clínicos políticos. É necessário buscar a intersectorialidade e a interdisciplinariedade, para além dos muros institucionais.

Os recursos comunitários, o potencial dos moradores para criar redes de suporte e apoio, a reafirmação da singularidade e das tradições que ampliem os espaços de produção de saúde, o reconhecimento do igual e do outro são aspectos fundamentais para que possamos criar perspectivas de futuro e acreditar no nosso poder transformador. Há resultados positivos, como os grupos reflexivos, a terapia comunitária e as reuniões de coletivos. A troca de experiências faz com que os sujeitos se sintam confiantes e possam a alçar a questões mais coletivas. Os gestores devem incentivar o olhar para o território, para o trabalho com a população em espaços de reivindicação comunitária, importantes para o resgate da resiliência dos sujeitos.

Tania Kolker participou pelo Centro de Estudos de Reparação Psíquica. A mesma tem uma trajetória longa no Grupo Tortura Nunca Mais, que ajuda a cartografar o que vem acontecendo no campo da violência e da saúde mental. Neste espaço, o trabalho era voltado para a tortura durante a ditadura militar, mas começaram a receber muitas pessoas vítimas de chacinas, como da Candelária e de Vigário Geral. Iniciaram, então, oficinas clínico políticas, onde foi observada a invisibilização da violência e a

dificuldade das pessoas e dos profissionais em entenderem tais vivências como violência de Estado.

No Centro de Estudos de reparação psíquica foi realizado um projeto de capacitação com a rede SUS e SUAS para o atendimento voltado a vítimas de violência política, incluindo Guerra às drogas, política de segurança, repressão de comunidades e de movimentos sociais. O projeto começou na CAP 3.3 por conta do número de homicídios e pela rede ser bastante precarizada. Foram capacitadas a ESF e os CRAS e CREAS e foi construído um programa de atenção a familiares em situação de violência. Tania destaca que os profissionais não percebiam a demanda de violência e que a escuta se dava em torno da queixa de sintomas como hipertensão e síndrome do pânico. Os profissionais tampouco se viam como reprodutores de violência pela invisibilidade, ausência de escuta e de acolhimento.

A proposta do Centro se dá em torno da ideia de uma clínica viva, que se inventa no processo e que é construída coletivamente. O trabalho abordou conteúdos como racismo institucional e política de drogas. Participaram também militantes de comunidades voltados ao tema da violência, como mães que perderam seus filhos. Há grupos politizado pensando formas de apoio mútuo, como o Nós por Nós.

O projeto busca evitar a individualização do dano, tanto medicamentosa como de terapias. O recurso terapêutico pode dissociar as pessoas do coletivo, individualizar o dano. Uma das características da violência de Estado é produzir o sujeito como objeto da violência. É fundamental construir dispositivos facilitadores para que ele possa ir se colocando como sujeito desses processos, ou estaremos aprofundando o sofrimento. Tem sido proposta uma escuta territorial, que se aproxima da terapia comunitária mas é menos fechada. Fizeram na Maré espaços de escuta abertos a todos, profissionais, moradores, vítimas diretas e indiretas. Foi uma experiência muito importante para pensar o território, a falta de políticas e as expressões da violência. Esse tipo de cuidado e de atenção só pode funcionar em rede.

Estamos em um contexto onde existe uma mudança de lógica, uma nova etapa do capitalismo, onde o desmonte das políticas sociais é acompanhado de uma política de

extermínio das populações que dependem dessas políticas. E existe todo um sistema que garante essas políticas de violência e sua naturalização. A dor, sofrimento e morte que elas produzem ficam invisibilizadas, Judith Butler fala das dores que podem ser choradas. Junto a essa violência do conflito armado há uma violência simbólica que naturaliza isso. Ao longo do processo a dor foi calada e silenciada, hoje então o que nos une é pensar que dispositivos podem dar canais para que elas sejam visibilizadas e discutidas. Os profissionais precisam falar disso também.

É preciso pensar em como criar dispositivos para a construção do saber local, mas sem que isso despotencialize a necessidade de lutar para as políticas públicas. Talvez nesse campo a ideia de tratamento tenha que ser repensada, é fundamental que se crie espaços de expressão do sofrimento, escutar os sofrimentos e se reconhecer no sofrimento dos outros. As dimensões de denúncia e tratamento não são antagônicas. É preciso deslocar a pessoa que foi objeto de violência para que ela não seja apenas objeto de cuidado, mas sujeito.

Debate

Jean Veran e Deborah Franco do **MSF** destacam o trabalho que a organização tem desenvolvido voltado à saúde mental, tema relativamente novo em função do histórico da instituição centrado na atuação médica e de seu foco em contextos de guerras e catástrofes. Tem trabalhado o suporte psicossocial dos expropriados. Sua atuação no Rio de Janeiro tem os feito repensar o trabalho. Vem, também, realizando um trabalho junto ao NUST da Fiocruz. Destacam que os conceitos básicos sobre saúde mental não podem ser aplicados automaticamente em contextos tão diferentes; pesquisas têm mostrado que existem populações onde há uma degradação do coletivo, quando os indivíduos ficam perdidos e os mecanismos locais de resiliência não funcionam.

Nos trabalhos do MSF nunca foi observada a banalização da violência. Porém, como produzir vozes que sejam capazes de exprimir essa violência? A organização está em busca de novos modelos de intervenção.

Para o MSF, nos contextos de crise total, existe algo da construção do humano que passa pela intervenção do coletivo, pessoas que se protegem. Poder se territorializar, se sentir parte. O MSF está buscando o lugar da escuta, qual a possibilidade da gente realmente escutar essas pessoas? Seriam duas questões, uma afirmar o lugar de denuncia da necropolítica, de ausência, intermitência do Estado e a construção narrativa dessa denúncia. Outra questão é dar assistência às vítimas. O que fazemos em relação à denúncia pode atrapalhar a assistência no caso do MSF, pois a assistência implica numa questão da neutralidade daquele que dá assistência. Se você cria um grupo para pessoas vitimas de violência, não vai ter ninguém, pois as vítimas querem um espaço de linha de fuga, que para Deleuze, seria sair do local atual para buscar novas possibilidades.

No debate, o *CAPs Magal* destacou como a violência atrapalha sua ação territorial e implica em dificuldades para construir um cuidado de forma mais plena. O impacto sobre a saúde do trabalhador é enorme, os profissionais estão na linha de fogo cruzado e a estrutura da instituição é muito frágil. Há diversas histórias de adoecimento relacionadas a questões de segurança. Coloca-se um desafio entre cuidar da equipe e garantir o acesso das pessoas, há pressão do Estado para o equipamento estar aberto e pressão dos trabalhadores em relação ao risco. Percebem que há muitas mães que perderam seus filhos e não tiveram o direito de enterra-los. Muitas enlouquecem devido à vulnerabilidade e à precariedade na comunidade. Existem muitos casos de jovens com questões de saúde mental graves e o CAPs vem percebendo isso.

Diversos participantes da oficina abordam a questão da saúde mental e violência no âmbito da Fiocruz. O *CAD* destaca que as questões se relacionam prioritariamente ao assédio e à cobrança de produtividade. A partir de janeiro de 2017, diante do pico de violência de conflito armado em Manguinhos, os profissionais da Fiocruz passaram a procurar muito o *NUST/ COGEPE*, que os tem acolhido com questões de violência, desde física até questões mais sutis. Os trabalhadores se sentem muito sobrecarregados. Na neonatologia do *IFF*, por exemplo, a fala é “daqui só se sai louco ou morto”, em função da impossibilidade de mobilidade.

A COGEPE aponta que existem na Fiocruz muitos conflitos e relações ruins de trabalho, relações políticas adoecedoras e práticas não verdadeiramente democráticas. Tem sido usada como estratégia a busca de uma atuação mais coletiva em articulação com os RHs e promover diálogos em saúde mental e trabalho. Destacam que nos últimos dois anos houve 3 casos de suicídios na instituição.

A *Escola Politécnica* tem trabalhado o tema da violência e saúde mental na atenção básica; a violência do conflito é transversal e afeta muito moradores e trabalhadores. A Escola desenvolveu um curso de práticas grupais que pode ser um caminho para atuação no âmbito da saúde mental. É criticada a elaboração de um plano de contingência apenas para a Fiocruz, que não inclui o bairro de Manguinhos. É fundamental pensar a informação e a comunicação nos momentos de conflito, a forma como são feitas e sua efetividade.

O IOC vem trabalhando com as PICs, buscando o fortalecimento do potencial de resiliência e ação dos indivíduos a partir de práticas grupais. É relatada uma pesquisa sobre a terapia comunitária que mostrou que 88% das pessoas em busca de remédio ou terapia individual resolveram seus problemas com esta prática.

Existe um agravamento das condições de saúde dos trabalhadores da atenção básica devido à instabilidade e precarização da área, a ponto dos profissionais não saberem se terão seus empregos garantidos até o final do ano.

O Programa Institucional Crack, Alcool e outras Drogas tem ajudado a construir o Fórum política de drogas violência e saúde. Tem a violência de Estado e também a violência institucional, especialmente para os moradores e trabalhadores de territórios conflagrados. O objetivo é discutir a política de drogas e como ela vem legitimando essas ações de violência, sob pretexto de garantir a saúde pública. É preciso articular as consequências nefastas da guerra as drogas na saúde da população, não só nos homicídios mas também nas questões associadas. Temos o desafio da construção de

dispositivos na lógica de pautar políticas públicas e também em relação a dar resposta a esses sofrimentos que vêm a partir das questões de violência. Patologização e medicalização. Na política de drogas está embutido a produção de violência e também a produção de cuidado.

Tarde

Informes: proposta de Comunicação CCS - Reunião com Assessores de comunicação para apresentar a proposta da realização de reportagens nas unidades para divulgar as ações relacionadas à violência, apoio ao desenvolvimento do PI pela Coordenação de Laboratórios e Vigilância em Saúde, projeto Memória da Violência e Saúde, cujo vídeo está sendo finalizado para ser lançado no início do próximo ano.

Debate: “O que é e para que serve o Programa Institucional? Quais as nossas possibilidades e limites?”

Existe uma expectativa dos movimentos sociais da produção de dados científicos sobre a relação entre violência e saúde mental, e também ações de formação e ações no território. Nós não somos a voz da presidência, temos autonomia de pensamento. Representamos uma multiplicidade para a presidência. O PI pode subsidiar a presidência. Qual o nosso papel, limites e possibilidades? Até onde o grupo pode ir, a presidência pode ir? Quais as questões prioritárias enquanto PI? Precisamos definir juntos.

Sueli faz uma demanda para a coordenação, um balanço rápido sobre o que avançamos. A resposta é de que o principal avanço foi na articulação interna em assuntos relacionados ao tema.

Rachel sugere fazer um material bem sucinto sobre o que é o PI Violência e Saúde, o que pretende e a que se propõe, incluindo o que as unidades fazem. Pode ser um PPT.

Gabriela pergunta qual seria nosso papel. Fica frustrada com nossa atuação e acha que poderíamos fazer mais. Ela sente falta de ações mais integradas do PI e de ser demandada pelo GT e coordenação.

Simone não acha que a questão do PI seja realizar ações, mas sim articular ações. Um grupo que pode pensar as prioridades da atuação da Violência e pautar nas unidades, ela acha que isso é um ganho do PI. Ela propõe que sejam demandadas algumas ações para a Fiocruz. Para ela a prioridade seria a comunicação.

Eliane acha que o PI é um canal para a gente se articular, se conhecer e também fazer nossa catarse. Como potencializar a formiguinha que cada um faz. Começar a descobrir aqui quais apoios podemos conseguir aqui no grupo. Podemos pensar em nos fortalecer institucionalmente a partir da coordenação de vigilância.

Paula Bonato retoma o objetivo geral do PI e os específicos e coloca que as ações devem ser feitas pelas unidades e não pelo PI.

Paula, do Rene Rachou acha que o papel do PI é nacional, ele deve ser um indutor de ações e não necessariamente de execução. Ela acha que a prioridade deveria ser comunicação, formação e pesquisa e também arte e cultura. Ela vai propor uma agenda de discussão para tratar do tema da violência e a entrada dessa questão da violência no ensino. Sugestão de propor à presidência uma linha de fomento em pesquisas e estudos sobre violência e em articulação com atividades de extensão.

Simone propõe duas questões para os membros do GT: Que prioridades as unidades/participantes poderiam enviar como propostas para a Fiocruz, para 2019. Quais as demandas objetivas? Espaço, cursos, etc. Quais as prioridades para as unidades e como o PI poderia apoiar isso? De que forma sua unidade pode apoiar as outras unidades, como pode haver uma articulação?

4.1.4. Oficina *Advocacy*

Data: 24/10/2018

Local: Sala 1007 Prédio Expansão Fiocruz Rio de Janeiro

A oficina foi organizada de forma a realizar debate sobre o tema na parte da manhã, com convidados externos, e realizar trabalho interno à tarde, a partir dos seguintes pontos de pauta: quais as ações/possibilidades de *advocacy* a partir das unidades?; comunicação; questões problematizadoras sugeridas na oficina anterior e Plano de Trabalho para 2019.

Foram convidadas para a parte da manhã instituições nacionais e internacionais que realizam trabalho exitoso com o tema: Médicos sem Fronteira (MSF), com os profissionais Nuni Jorgensen, Matheus Oliveira e Marina Siqueira; Associação para Controle do Tabaco (ACT): Joana Cruz e Mariana Claudino; Redes da Maré: Lidiane Malanquini e Henrique Gomes; Cooperação Social: Leonardo Bueno. A ideia era que o conceito de *advocacy* pudesse ser apresentado aos participantes e que pudessemos conhecer experiências bem sucedidas, em diferentes contextos e níveis de atuação. Para tanto, foram encaminhadas previamente aos convidados as seguintes questões: O que é *advocacy*?; Como sua instituição tem trabalhado com o tema? Há exemplos da prática?; Quais os níveis de *advocacy*, isto é, como os trabalhadores de uma instituição, desde a gestão até o profissional da ponta, podem exercê-lo?

Médico sem fronteiras

O *advocacy* é entendido como o esforço de colocar uma pauta em prioridade de alguma agenda governamental e buscar chegar a alguma mudança de comportamento na prática, através da criação de uma rede que apoia essa pauta. *Advocacy* passa muito sobre o conhecimento institucional de leis e arranjos institucionais. Seria um lobby do bem, mas engloba também a comunicação. Usar ferramentas para influenciar tomadores de decisão na direção de uma agenda específica, caso a caso. Pode também ser uma campanha de sensibilização para alguma ação específica. Pode ser um vídeo por exemplo. Pode também ser uma estratégia para que a sua instituição possa ser reconhecida na pauta de uma agenda.

O advocacy englobaria então o mapeamento dos atores importantes para a pauta, identificar os aliados e também os possíveis entraves. Fazer conferencias, debates e seminários para falar do tema também é uma estratégia, pois pode ser tema de matérias na imprensa o que faz com que o tema possa se tornar interessante para os tomadores de decisão.

O início do MSF diz respeito ao entendimento de que é preciso visibilizar os problemas humanitários aos quais eles estavam atendendo, no caso inicial era a guerra da Nigéria. O MSF não toma partido em situações de conflito e leva ajuda médica profissional àqueles que precisam. Não depende financeiramente de governos ou poderes políticos portanto tem a possibilidade de criticar abertamente ou denunciar a ruptura de convenções internacionais e do acesso a saúde.

Speaking out x bastidores (segurança) - Análise de risco: haverá retaliação para o público atuante nesse caso ou para a instituição? É possível fazer advocacy sem divulgar a ação, focando mais nos atores chave do processo.

No MSF daqui eles lideram advocacys locais e auxiliam nos advocacys globais a partir das embaixadas.

Redes da Maré

Eles preferem chamar o tema de incidência política e pensam como uma organização não governamental pode atuar para fortalecer as lutas por direitos na Maré, como pressionar o Estado para garantir políticas públicas efetivas que melhorem a vida da população da Maré.

A Redes é uma referencia para os moradores, eles têm uma perspectiva de cobrar o Estado e hoje desenvolvem 30 projetos, a partir dos seguintes eixos: educação, cultura, memória, territórios e segurança pública, com foco nos direitos fundamentais.

A metodologia vem sendo testada e desenvolvida no trabalho. A atuação se dá em quatro etapas:

- Produção de conhecimento sobre o território.
- Mobilização e articulação local.
- Articulação institucional.
- Incidência política é realizada com ações concretas, a partir dos passos anteriores, visando incidir para que o Estado cumpra seu papel.

Se o Estado cumprisse seu papel a Redes não precisaria existir, mas enquanto não acontece precisamos trabalhar nesse processo de mediação entre o poder público e o morador para que seja entendido que os moradores de favela têm os mesmos direitos daqueles que são efetivamente considerados cidadãos.

Trabalhar com a associação de moradores é também incidência política, precisamos atuar desde o nível local até o nível mais central: presidentes de associação, gerentes de instituições, gestores municipais e estaduais e também pautas de incidência nacional e internacional.

É preciso chegar também nos influenciadores, por exemplo, a mídia tradicional. Primeiramente eles tinham resistência, mas hoje ela é considerada um campo importante, porque os tomadores de decisão e influenciadores consideram essa mídia. Articulação com movimentos sociais, jornalistas, blogueiros.

Uma parte do trabalho é apresentar o trabalho da Redes em eventos como simpósios, conferências, etc., para ampliar a incidência sobre o poder público, sempre pensando como ampliar a participação dos moradores nesse papel. O objetivo é provocar que todos se percebam como possíveis influenciadores.

Participação também em conselhos de direitos (segurança pública, juventude, criança e adolescente), em todos os níveis. Provocação de diálogo permanente com o poder público, no trabalho de articulação com esses órgãos, mapear quem são os parceiros nessas instituições que podem ser aliados para fazer um processo de luta mais próxima

das pautas da Redes. A cultura do Estado brasileiro é de que se você não provoca o Estado ele não funciona.

Eles têm construído uma pauta internacional a partir dos retrocessos da segurança pública, junto com Justiça Global e outros parceiros. No campo da segurança pública, desde 2016 movem uma ação civil pública para pensar como regular a atuação da polícia em comunidades.

Eles têm produzido relatórios para a defensoria, com dados de violações de direitos, fechamento de instituições, pessoas afetadas, fotos das operações. Hoje esses dados são públicos e compõem relatórios anuais. O papel da Redes tem sido articular outros atores nesse processo, provocando reuniões com as organizações locais, vítimas e moradores, levando vítimas para formalizar processos de denúncia.

Projeto A Maré que Queremos é um Fórum com 16 associações de moradores da Maré, que funciona desde 2009 e é um caminho que se tem com o poder público. Esse processo envolveu um censo que fez um diagnóstico sobre a Maré, e a partir deste foram pensadas prioridades para o território. No caso a prioridade foi a educação, pois perceberam que mais crianças do que vagas em escolas no território. Foi então criado um documento mostrando a necessidade de criação de mais 16 escolas na Maré. Eles começaram a trabalhar com a equipe do Eduardo Paes e o fruto disso foi a criação dessas escolas. A concretização dessas instituições de ensino potencializou a atuação e entendimento da importância da incidência e articulação política, porém, nos anos últimos dois anos (2017 e 2018) o encaminhamento dessas ações está bem difícil.

A outra ação é relacionada à política de drogas e como ela impacta a Maré. Começou com visitas às cenas de uso e diagnóstico de quem eram os usuários na Maré e entorno. Fizeram artigos, mapeamento e criaram um fórum articulador na cena e nas instituições do entorno, uma rede. O objetivo dessa rede é o tratamento e o mapeamento dessa população, então foi criada uma casa de referência sobre drogas para trabalhar a redução de danos e atendimento a esses usuários. A partir dali eles são encaminhados para a rede de proteção. Também fazem a discussão da guerra às

drogas. Trabalham nas escolas, instituições, ruas, fazendo atividades para envolver o morador com o tema. Fazem uma atividade integrada com as instituições toda a segunda feira, o nome dessa atividade é Fórum de drogas.

A Redes tem um jornal mensal de 45mil exemplares.

Associação para Controle do Tabaco - ACT

Inicialmente a instituição trabalhava exclusivamente com tabagismo, mas agora também incluíram as doenças crônicas não transmissíveis - DCNT, atuando no campo da prevenção, dieta saudável, prevenção do uso do álcool, agrotóxicos, etc.

Eles oferecem um curso de formação em advocacy, que entendem como o ato de advogar por alguma causa ou em nome de alguém. Essa atuação tem como objetivo garantir o reconhecimento de um direito ou a implementação de algum direito que já existe.

Trabalham com o lema “tornar o impossível inevitável”. No início do trabalho em relação à lei de restrição do fumo, os deputados falavam que era impossível e hoje esse processo é uma referência, devido aos ganhos que obteve.

Todos podem fazer advocacy, qualquer pessoa que tenha uma causa. Pode ser diretamente, com os formuladores e tomadores de decisão, através de cartas, audiências públicas, ligações telefônicas, emails, contatos em mídias sociais. Ou pode ser o advocacy indireto, por exemplo, produção de conhecimento, cursos, que acabam criando redes de advocacy, influenciando mídias de massa e comunicação.

O advocacy tem um foco grande no poder legislativo, que edita as leis, embora haja uma enorme assimetria de forças com grandes empresas e grupos econômicos que envolvem o tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados. O tribunal de contas também faz parte do legislativo e tem importância grande na coleta de dados e subsídios para o advocacy. Através do TCU obtiveram dados sobre renúncia fiscal dos agrotóxicos, por exemplo.

No regimento interno da câmara dos deputados tem regras para advocacy, e também existem disposições na Constituição. Importante fazer contato com assessores que conhecem bem esses documentos. Eles têm assessores de advocacy que ficam sediados em Brasília e fazem contato permanente com legisladores e assessores. É fundamental construir redes permanentemente com essas pessoas.

Acompanham o processo de proposições de leis através de softwares e também pela internet. É importante saber qual momento da tramitação o processo legislativo se encontra, em qual comissão está sendo tramitado, quem preside a mesma, quem será o relator - que é escolhido pelo presidente. Quando existe um acompanhamento existe a possibilidade de incidir sobre a escolha do relator, ou trabalhar com o relator, ou fazer articulação com deputados que possam estar juntos no processo de votação, ou tentar influenciar a comissão como um todo.

Audiência pública, participação em conselhos e articulação com outras entidades que participam de conselhos também são formas de advocacy. Eles fizeram uma carta, em articulação com outras entidades, com sugestões de aprimoramento no sentido da transparência do processo legislativo. Também integram, junto ao IDEC, a aliança pela alimentação adequada e saudável. Enviaram uma carta compromisso para os candidatos com as pautas da Rede.

Outro ponto fundamental é a interação com o poder executivo para atuação no âmbito legislativo, pois eles são grandes propositores de leis. Por exemplo, o Ministério da Saúde, agências reguladoras, fundações públicas, etc. A Comissão de ética pública também pode ser uma aliada.

A nomeação de dirigentes das agências reguladoras, que deveria ser de interesse público, também pode (e deve) ser foco do advocacy, pois eles vêm observando uma captura regulatória e conflito de interesses nas mesmas. Os indicados são sabatinados pelo Senado.

No poder Judiciário é possível participar dos processos como *amicus curiae*, fazendo contribuições às pautas com seu conhecimento, e também como autor.

É possível produzir e distribuir materiais, fazendo visita a gabinetes. As empresas de planos e saúde e bancos, grande litigantes, sempre fazem eventos para o setor judiciário, em todas as instancias.

A ACT promove um seminário formativo anual, em Brasília, sobre advocacy, mostrando como fazer esse corpo a corpo nos gabinetes.

A atuação em rede é fundamental para as ações de advocacy, assim como a sensibilização da população para esse apoio. Eles articulam a Aliança pela alimentação saudável e têm um projeto chamado Tenda da felicidade, que divulga seus vídeos no youtube. Estão participando da Campanha pelo fim dos subsídios aos refrigerantes.

Possibilidades de atuação: audiências públicas, passeatas, mobilizações, manifestações, flash mob, aulas públicas, atividades interativas. Moções e cartas de apoio de conselhos, cientistas. Midia advocacy – tv, rádio, jornal, revistas, blogs, sites: agencia pública, repórter brasil, jornalistas livres, nexo jornal, the intercept, o joio e o trigo, redes sociais, twitaços, eventos online e off-line. Assessoria de imprensa, publicidade, anúncios pagos e bonificados, apoio institucional. Existem momentos chave decisivos, que exigem pressão, nos quais é preciso chamar atenção da população e imprensa.

Cooperação Social

É uma Assessoria da Presidência da Fiocruz e trabalham com foco no território de Manguinhos, em diálogo com movimentos sociais, ongs e população. Trabalham com o princípio da governança territorial democrática, tentando articular políticas promotoras de saúde no território, uma conceituação que se aproxima do que está sendo discutido aqui como advocacy. A atuação se dá a partir de 4 eixos: Arte e cultura, gestão ambiental, educação e segurança pública. Também atuam internamente, estimulando a Fiocruz para que tenha uma atuação mais próxima aos territórios do entorno.

Na época do PAC houve incidência sobre o executivo para vinda do PAC para Manguinhos e também atuaram para ampliar a previsão de moradias no território, que triplicou.

A violência armada afeta todas as outras políticas. Existe uma lacuna em relação aos dados sobre os diversos impactos da violência armada e dificuldade na militância sobre segurança pública cidadã. A lógica dessas políticas é decidida pelo Estado. Como a Fiocruz pode atuar sobre isso? Atualmente os serviços de saúde têm dificuldade em visibilizar esses impactos. A vigilância é muito baixa nos serviços de saúde, principalmente sobre os impactos do uso de armas de fogo. Os agravos em saúde relacionados aos conflitos armados são invisibilizados. Eles realizaram uma pesquisa qualitativa sobre esses agravos. O maior impacto foi na saúde mental dos moradores.

Eles participam do conselho de segurança local. Têm apresentado as narrativas de violações de direitos dos moradores em relação à cidade da polícia, quem vem fazendo tiro ao alvo com a população, sem conflitos presentes. Essa denuncia gera alguma mobilização.

Existem conflitos entre a noção da saúde pública e da segurança pública em relação à segurança. A Cooperação Social é procurada por familiares de vítimas e moradores de Manguinhos e isso gera algumas ações de mobilização.

Participaram da articulação da audiência pública sobre o genocídio da população negra, na ALERJ, em 2017, puxada pelo Movimento Popular de Favelas, com participação de diversas entidades. Foram tiradas diversas propostas para a política de segurança pública estadual, porém esse processo foi interrompido pela intervenção federal. Existe uma dificuldade com propostas mais estruturantes, as questões pontuais são mais fáceis de serem articuladas. Existe uma enorme dificuldade em relação ao tema da violência, medo de retaliação e falta de formação geral.

Debate

Há um perigo iminente da redução da maioria penal com um possível governo Bolsonaro. Precisamos ficar atentos e fazer advocacy sobre esse tema, audiência

pública, twitter, etc. Será uma violência inominável para a sociedade brasileira caso isso aconteça. Estamos vivendo um momento que lembra muito o tempo pré ECA, pré CONANDA, quando a pobreza das crianças era criminalizada. Quando começamos a entender as crianças como detentoras de direitos, muitos avanços foram feitos. É preciso ampliar o entendimento de que isso será um crime contra as crianças brasileiras.

Outra pauta fundamental é a mudança no Estatuto do Desarmamento, com a liberalização da posse e porte de armas de fogo. Será preciso muito advocacy e é uma questão difícil pois parece estar ancorada no desejo da população brasileira.

O discurso do novo governo em relação às ONGs preocupa, pois a política de assistência social está sendo desmontada e hoje quem atua nas comunidades são as ONGs e isso será mais um ponto importante de advocacy, de batalha de resistência e a ameaça de um importante retrocesso. O financiamento público provavelmente vai ser cortado e como poderemos enfrentar isso? Na Cidade de Deus tem uma série de ongs representativas, inclusive até o Estado precisa dessas instituições para entrar lá.

Estamos num momento de reinventar as lutas, repensar, mas não retroceder nem parar. Existe um risco para o funcionamento das ONGs e também um risco à integridade física. Nesse contexto de tanto retrocesso qual o papel da Fiocruz e de todos os centros de conhecimento? Como incidir em pontos de mudança para construir uma sociedade menos desigual. Produzir evidências científicas e usar o conhecimento produzido para fazer a incidência política é muito importante para as instituições de base, a partir da institucionalidade que a Fiocruz tem.

Nós criamos mitos sobre a população das favelas, porém ela é múltipla, dentro da Maré tem várias Marés e lá se vive um contexto de extrema violência, de fascismo, um processo de crise aguda da sociedade e do capitalismo, das narrativas de Direitos Humanos. A Redes fez um grupo focal para entender o que os moradores pensam em relação às drogas, como eles vêem isso a partir do contexto de violência e de armas. A questão do barato não é vista por eles, apenas para a classe média essa questão se dá. Falar de drogas na favela é falar de violência. Falar de fascismo não funciona na favela,

usamos nossos referenciais de esquerda e isso não faz sentido para esses público. O novo governo que vem aí defende a segurança patrimonial, mas queremos garantir a segurança da vida.

Importância da Fiocruz se posicionar, nesses próximos tempos, reforçando os processos democráticos e da força popular. Importância da articulação em rede na resistência.

As notícias falsas fizeram seu papel nesse processo eleitoral, as fakenews funcionaram. Temos uma democracia sob custódia pois esse escândalo deveria ter impugnado essa candidatura.

A cultura da favela já é da violação de direitos e estado de exceção então é normal que a lógica da favela seja do autoritarismo pois o mais forte é quem decide nesse local, o que inclui a igreja.

No último congresso interno foi colocada a pauta da violência no entorno da Fiocruz e uma das questões foi sobre o impacto da religião. A questão da teologia da prosperidade chegou no Brasil na década de 60 se fortaleceu. É preciso ter cuidado com as colocações em relação aos evangélicos, católicos carismáticos e de forma generalizada em relação à religião, pois são assuntos complexos.

Existe uma apreensão no grupo em relação ao movimento conservador que vem se fortalecendo no país. Precisamos conseguir dialogar, pois a fratura está exposta. A caixa de afecções é uma metodologia de trabalho interessante. Quais os princípios e valores que a gente não pode transigir?

Tarde

Foram dados informes sobre o Seminário Território, violência e saúde mental, a ser realizado na Escola Politécnica, no dia 5 novembro; sobre o lançamento do livro Clínica Política, do Centro de estudos de reparação psíquica, escrito a partir de um processo de formação de trabalhadores de saúde e assistência social para atendimento em

grupo da população afetada pela violência policial, realizado em Acari e sobre o Núcleo de atenção a pessoas afetadas pela violência de Estado – NAPAV, que está em funcionamento no ISER.

Informe Comunicação – foram realizadas três reuniões com a Comunicação Social da Fiocruz – CCS, uma com a coordenação e duas com o Fórum de Assessores de Comunicação das Unidades, com a demanda de que os Assessores fizessem um pequeno levantamento das ações de violência que acontecem em cada unidade, a partir do roteiro que passamos para eles, feito a partir das informações fornecidas pelos membros do GT. Esse processo ainda não teve retorno e estamos entendendo que não foi uma proposta bem sucedida. Precisamos estruturar melhor uma proposta de comunicação em relação ao programa, uma ação indutiva.

Houve também a proposta da COC da realização de alguns vídeos para a web TV da Fiocruz, sobre o tema do PI. Essa proposta foi colocada no planejamento anual da COC. Caso essa proposta seja viabilizada financeiramente, a ideia é formar um sub GT de comunicação, que possa também pensar materiais para advocacy.

Jacob diz que o jornalista de Farmanguinhos entrou em contato com ele para fazer esse levantamento. Vão fazer uma reunião para apresentação do que Far vem fazendo e depois pensar uma divulgação.

Informe do II Encontro do Fórum territorial política de drogas, violência e saúde, 13 de dezembro e da finalização do Documentário Violência e saúde, cujo lançamento será no início do ano que vem.

São feitos informes e comentários sobre questões relacionadas a assédio. A COGEPE informa que conseguiu incluir no curso da escola corporativa da Fiocruz uma formação sobre assédio e também têm realizado diversas outras ações de formação e acolhimento sobre o tema na Fiocruz. Também está sendo criada uma corregedoria na instituição, o que tende a melhorar o encaminhamento desse tipo de caso.

Segundo o Relatório da OEA, a principal demanda dos países da América é a capacitação para atuar na área de violência. O advocacy entra como tema em 2016. A

parte de violência e território não está representada nesses relatórios da OEA, precisamos focar nisso, porém é importante entender que estamos num timing mundial.

Na oficina anterior foram entregues questões problematizadoras para os membros do GT, para que enviassem à coordenação para dar subsidio ao planejamento do Plano de Ação para 2019. Tais questões foram apresentadas e debatidas nesta oficina. São elas: Quais prioridades as unidades/participantes podem tirar como propostas/demandas para a Fiocruz desenvolver neste final de 2018 e em 2019 no que se refere a violência?; Quais prioridades sua unidade poderia adotar no que se refere a violência e como o PI poderia apoiá-las? Há demandas objetivas como em relação a espaço, cursos, etc.?; De que forma sua unidade poderia apoiar as outras unidades no que se refere a violência, como pode haver uma articulação?

Como síntese das respostas às questões – foco da proposta de trabalho do PI para 2019 temos:

Prioridades 2019

ICNQS

- * Ações de sensibilização sobre a violência, especialmente o assédio;
- * Divulgar canais de acolhimento;
- * Divulgar o trabalho desenvolvido pelos NUST;
- * Desenvolver campanhas de enfrentamento à violência;
- * Realizar diagnostico periódico sobre o tema;
- * Monitoramento acerca da efetividade dos canais de acolhimento;
- * Ampliar a comunicação com as comunidades;
- * Ampliar o investimento em projetos de cooperação social pontuais e contínuos.

Fiocruz MS

- * Desenvolvimento de ações de pesquisa e intervenção sobre: segurança, tráfico e violência nas fronteiras, violência no trânsito, tráfico de pessoas, trabalho escravo e violência contra a mulher;

IOC

- * Programa de Práticas integrativas e Complementares de saúde – tem sido porta de entrada para questões que envolvem as consequências da violência no que tange a saúde mental. Conta com uma série de diretrizes: Comissão de Valorização das Relações Interpessoais e assédio no trabalho – reúne representantes de várias categorias e tem por objetivos: Incentivar relações de trabalho e ensino justas e saudáveis; criar estratégias de sensibilização sobre questões que envolvam as relações interpessoais no IOC; Identificar grupos vulneráveis; Fomentar o debate sobre formas de violência envolvendo toda a comunidade do IOC (trabalhadores, alunos e usuários dos serviços); Propor ações de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e demais formas de violência; Estabelecer fluxos de acolhimento para situações de conflito e violência no trabalho e na área de ensino.

Como o PI pode apoiar

ICNQS

- * Ações de conscientização sobre assédio moral e sobre possibilidades de acolhimento;
- * Colaborar com expertise adquirida a partir de ações já realizadas e vivências, em cada unidades, sobre impactos na saúde do trabalhador da violência nos bairros onde ficam os campi.

Fiocruz MS

- * Desenvolvimento de habilidades sociais visando enfrentar situações de violência sutis - que vão da desqualificação ao assédio moral entre colegas – e que geram desconforto e sofrimento no ambiente de trabalho. Apoio já demandado ao NUST;
- * Oferta de cursos voltados às violências referidas envolvendo qualificação de profissionais e sensibilização da população.

IOC

- * Inserção do Programa das PICS nas comunidades e de acordo com o contexto local visando troca, fortalecimento de redes de apoio e o enfoque em ações coletivas. O programa será apresentado em novembro no curso de Saúde Comunitária e a proposta é que esta inserção suscite a implantação de ações futuras relacionadas à promoção da saúde mental nas comunidades.

Biomanguinhos

- * Auxílio na realização de capacitações/atualizações para profissionais que atuam com demandas de violência contra trabalhadores, suporte na realização das atividades;
- * Atividades de prevenção ao assédio moral, sexual e violência de gênero;
- * Fomentar a participação dos trabalhadores no Projeto SOMAR* e suporte à Unidade para suas ações.

Como sua unidade pode apoiar/articular junto a outras unidades

INCQS

- * Infraestrutura, como auditório, voluntariado, etc;
- * Desenvolvimento de ações conjuntas e/ou integradas.

Fiocruz MS

- * Colaborar como membros externos nas discussões entre as unidades.

IOC

- * Ampliação da constituição de uma rede solidária interinstitucional a partir do incentivo e apoio a outros grupos da Fiocruz e externos, para a criação de programas similares de PICS e a realização de trabalhos específicos com grupos

Biomanguinhos

- * Manutenção da parceria com a CST/COGEPE para o atendimento aos trabalhadores de outras;

- * Troca de experiências com outros Serviços de RH sobre atuação nas questões de violência intra e extrainstitucional.

4.2. Divulgação

Desde o início de 2018 a coordenação do PI vem buscando desenvolver ações de comunicação, visando sensibilizar a comunidade interna da Fundação para a mobilização e o desenvolvimento de ações, nas unidades, em relação ao enfrentamento da violência. Percebeu-se, em função do trabalho do PI junto a seu GT, que muitas atividades direta e indiretamente voltadas à temática já são realizadas. No entanto, não há conhecimento sobre as mesmas internamente às unidades e entre unidades, departamentos ou grupos de trabalho.

Dessa forma, foi inicialmente pensado o estabelecimento de uma parceria com o setor de comunicação da instituição. Foram realizados contatos telefônicos e por e-mail, além de reunião presencial com a coordenação da CCS e a equipe de assessores das unidades, em junho de 2018. Nesta ocasião o PI foi apresentado, assim como o documento de ações realizadas pelas unidades, por eixos. Foi feita uma proposta para a comunicação que envolvia um contato do assessor com os trabalhadores da unidade, com apoio do membro do GT, a fim de levantar quais outras ações eram desenvolvidas e o retorno para a coordenação do PI deste relato. Ficou acordado o envio dos documentos – Resumo Executivo 2017, Ações por Eixos atualizadas e proposta de levantamento – à coordenadora da comunicação social da Fiocruz para que os inserisse em intranet, para acesso de todos.

A ideia era que a comunicação pudesse pautar o tema de forma contínua e não apenas no momento de ocorrências, como fechamento de unidades de saúde e escolas, inserindo o tema em sua agenda de forma permanente.

Houve certa resistência à proposta e o levantamento de questões tais como: questionamento se a comunicação seria a melhor forma de sensibilização do PI nas unidades e importância do contato com as direções, avisando do levantamento dos

assessores, o que funciona também como forma de sensibilização desses sujeitos. Registramos o retorno do levantamento de apenas um assessor.

No que tange as estratégias de comunicação do PI, carecemos ainda de propostas mais efetivas e eficazes. Em outubro foi realizada reunião com Paula Bonatto da Casa de Oswaldo Cruz, que apresentou uma proposta de produção de três pequenos vídeos, abrangendo os eixos trabalhos pelo PI em 2017: território, relações de trabalho e saúde mental. Tal proposta entrou no orçamento desta unidade para 2019.

Ainda como proposta levantada e iniciada por essa participante, foi elaborada uma apresentação em Power Point “padrão” sobre o PI, com dados sobre violência e sobre o desenvolvimento e ações do Programa, a fim de que os demais participantes possam utilizá-la em apresentações em suas unidades ou outros espaços de interesse. A apresentação foi enviada a todos os membros do GT.

Foi proposto ainda um documento simples das ações que vem sendo realizadas nas unidades, para divulgação interna e a realização de um programa sobre o tema para a TV web da Fiocruz.

4.3. Cooperação com o Grupo Relações de Trabalho e Violência

Do trabalho realizado pelo GT em 2017 adveio a importância de continuar se debruçando sobre a questão das relações de trabalho, especificamente no que tange à forma de registro das denúncias e desdobramento dos casos de assédio moral e sexual por parte das diversas categorias de trabalhadores da Fiocruz. Para tanto, foi formado um subgrupo composto pela coordenação do PI e membros da COGEPE.

A pesquisadora Cristiane Batista, também participante do GT e pesquisadora do Claves, tem sido a referência do grupo, a frente do processo de desenvolvimento de um instrumento de registro único para os casos e na participação na Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Violência no Trabalho da Fiocruz. Liana Pinto, também pesquisadora do Claves, tem colaborado com pesquisas bibliográficas que darão subsídio ao instrumento proposto para registro de casos.

O desafio que nos foi apresentado foi no sentido de padronizar, organizar e oficializar os registros que, por terem diversas “portas de entrada”, ainda não estão sistematizados. Em 2018, as propostas do GT Relações de Trabalho e Violência se solidificaram à medida que foram realizadas reuniões para:

a) Discussão e elaboração de um protocolo para os registros de casos de violência no trabalho. Uma primeira reunião foi realizada em 24 de abril no NUST/COGEPE para discutir uma proposta de ficha de registro para o serviço de saúde do trabalhador, área de recursos humanos, COGEPE, ouvidoria, entre outras portas de entrada que atendem os trabalhadores. Em 09 de agosto o grupo se reuniu novamente para a discussão da proposta e acordou a realização de buscas bibliográficas de protocolos nacionais e internacionais para o embasamento da proposição de um instrumento.

Em outubro foi realizada reunião entre coordenação e pesquisadoras do Claves para discussão da proposta do instrumento de registro e uma nova reunião foi agendada para dezembro. No entanto, este encontro não pode ser realizado em decorrência de agendas e férias de alguns integrantes do grupo. Ficou como indicativo o mês de fevereiro para a próxima reunião.

b) Participação na Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Violência no Trabalho da Fiocruz.

No dia 10 de Julho foi realizado um debate sobre o tema Assédio Moral e Sexual junto ao Comitê de Gênero e Raça da Fiocruz, com a participação da COGEPE, integrantes do Comitê e CST; no dia 19 de outubro foi realizado seminário com os gestores de Recursos Humanos de todas as unidades da Fiocruz sobre o tema Assédio moral e sexual nas relações de trabalho, proferido por Cristiane Andrade e organizado pelo NUST.

Durante 2018, toda primeira 2ª feira do mês, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e violência no trabalho da Fiocruz se reuniu para discussão de novas propostas e ações de prevenção, sobretudo, relativas ao assédio moral e sexual na Fiocruz. Em 14 de setembro Cristiane proferiu palestra no IOC, na

Semana de Pós-graduação, sobre o tema Assédio Moral e Sexual na Pós-Graduação e a questão de saúde.

4.4. Fórum Territorial Política de Drogas, Violência e Saúde

O PI vem apoiando a construção desde Fórum desde o seu início, no fim de 2017. O Fórum constitui-se como uma rede de organizações dos bairros Manguinhos, Maré e Complexo do Alemão, que entende que os impactos da Guerra às Drogas sobre a saúde é um tema estratégico para a segurança pública no país – Fiocruz (PI Violência e Saúde, PI Álcool, Crack e outras drogas, Cooperação Social), Redes da Maré, Observatório de Favelas, CAPS Miriam Makeba, Coletivo Papo Reto, Movimento Popular de Favelas.

Tem como objetivo pautar e debater a questão através da perspectiva de direitos a fim de construir um enfoque específico para que o debate tenha força, possa produzir transformação e contribuir com a mudança do cenário de violação de direitos.

O Fórum realizou seu primeiro encontro ampliado nos dias 4 e 5 de maio no Centro de Artes da Maré. O II Encontro foi realizado dia 13 de dezembro de 2018 no Centro de Referência da Juventude no Desup/Manguinhos, tendo como foco os impactos dos conflitos armados na saúde da população. Foram realizadas ainda rodas de conversa em diversos espaços: 09 de junho no CAPs Miriam Makeba 14 de julho Unidade de Atendimento Metamorfose Ambulante, 12 de setembro no Centro de Referência da Juventude em Manguinhos. Além disso a proposta do Fórum foi apresentada em diversos espaços como o Fórum Basta de Violência da Maré, Fórum de Drogas da Maré, Conselho Gestor Intersetorial de Manguinhos, etc.

O Fórum participou do Congresso da Abrasco em julho com duas atividades: Roda de Conversa na Tenda Paulo Freire e mesa “Nas entrelinhas do cuidado: práticas e experiências de Redução de Danos em Favelas do Rio de Janeiro”.

4.5. Projeto Memória

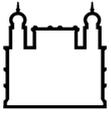
O projeto tem como foco o desenvolvimento e a consolidação do setor Violência e Saúde no Brasil, com o intuito de lhe dar visibilidade e de registrar a sua história, através da proposta de produção de memória por meio da História Oral. Foi realizado levantamento documental e depoimentos de atores chave. O primeiro envolveu levantamento da área de ensino relacionada à temática de violência e saúde no Brasil, a partir de pesquisa documental sobre os cursos de pós-graduação registrados pelo MEC; da área de pesquisa a partir dos grupos de pesquisa registrados no CNPQ – Diretório de Grupos de Pesquisa - Plataforma Lattes; de teses e dissertações sobre o tema; do desenvolvimento de políticas públicas de saúde na área de violência, através da atuação do Ministério da Saúde.

Os resultados do projeto deram subsídio a um vídeo documentário apresentado no Congresso da Abrasco em julho de 2018 na Fiocruz. No momento o produto está passando por revisão para lançamento, com data provável em fevereiro de 2019, durante o evento Contribuições da abordagem da Saúde Pública para a Prevenção da violência: diálogos entre o Brasil e o Reino Unido no âmbito da Pós-Graduação em Saúde Pública da ENSP.

5. Perspectivas para 2019 e Considerações Finais

Questões problematizadoras 2019

- * Quais prioridades as unidades podem tirar como propostas/demandas para a Fiocruz desenvolver neste final de 2018 e em 2019 no que se refere a violência?
- * Quais prioridades sua unidade poderia adotar no que se refere a violência e como o PI poderia apoiá-las? Há demandas objetivas como em relação a espaço, cursos, etc.?
- * De que forma sua unidade poderia apoiar as outras unidades no que se refere a violência, como pode haver uma articulação?



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP



CLAVES
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOBRE
VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI